

A EVOLUÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

BRAZILIAN TERRITORIAL EVOLUTION: FROM THE NATURAL TO THE TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL ENVIRONMENT

Max Williams Ribeiro Cardoso¹

Para entender a formação do território brasileiro, é necessária uma análise espacial que abranja a sua periodização, ou seja, a escolha das variáveis chaves em cada tempo, que possibilitem a melhor compreensão acerca do sistema de eventos que denominamos períodos. Este trabalho tem por finalidade expor alguns momentos importantes da evolução do território brasileiro, utilizando a escala espaço-tempo. O foco é realçar, sobretudo, as épocas e menos os marcos que as separam, considerando a materialidade e o dinamismo do território, as formas de fazer e regular a vida. Buscou-se investigar através de pesquisa bibliográfica a sucessão destes meios geográficos no Brasil, considerando três grandes momentos da história assim identificados: meio natural ou pré-técnico, meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O primeiro período é caracterizado pela natureza comandando as ações humanas, o segundo pela expansão dos meios técnicos que buscam dominar a natureza, e o terceiro, pela construção e difusão das novas tecnologias, tendo como consequência a rápida integração entre as distintas regiões do Brasil e também do globo.

Palavras Chave: Território Brasileiro. Períodos. Tecnologia.

The understanding of the Brazilian territorial constitution requires a spatial analysis that comprises timeframes. In other words, key variables must be chosen for each historical moment in order to explain the system of events called periods. The aim of this study is to present some crucial events in the Brazilian territorial evolution by means of a space-time scale. Due to the territorial materiality and dynamism we focus more on the periods than on the frames that separate them. We consider the succession of three main historical periods identified as natural or pre technical environment, technical environment, and technical-scientific-informational environment. In the first one, nature commands human actions; in the second, the technical tools try to command nature, and in the third period, new technologies creation and expansion result in the regional integration of Brazil as well as of the globe.

Keywords: Brazilian Territory. Periods. Technology

A GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

A Geografia é a ciência que estuda as múltiplas relações entre a sociedade e o espaço geográfico, ou seja, as formas como os homens se apropriam deste e o reconstróem, para os seus fins. Nesse sentido, aproxima-se da Ecologia, que se debruça sobre as relações entre os indivíduos, as comunidades e o meio ambiente, ou seja, as situações de diversas interações entre estes e os seus espaços de vivência (ODUM, 1988).

Ambas as ciências possuem categorias de análise particulares que as definem, gerando

campos epistemológicos específicos que as norteiam, sempre em busca de respostas para os fenômenos e seus distintos significados. Portanto, também estão interligadas por darem subsídios para a compreensão metadisciplinar², no que tange a estas relações sempre presentes no espaço geográfico.

Território e espaço são categorias de análise muito importantes para a Geografia, pois fazem parte dos nexos estruturantes que compõem esta ciência, assim como a paisagem, o lugar e a região. Entretanto, quando o objetivo é compreender a organização espacial dos lugares, os mesmos ganham destaque. O espaço é o objeto de estudo da

¹CARDOSO, Max Williams Ribeiro. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Maria Milza – FAMAM, especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e Mestrando no Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Faculdade Maria Milza – FAMAM. maxwilliamsrib@yahoo.com.br

referida ciência e o território torna-se a materialidade das relações políticas impostas ao espaço.

Confundir estas duas categorias de análise da Geografia torna-se possível, devido à linguagem cotidiana do associar, porém a ideia de territorialidade estende-se aos próprios animais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Os animais não possuem um sistema político organizado como o do homem, todavia a delimitação e proteção do espaço é o principal fator para se manter o controle sobre os recursos necessários para a sobrevivência das populações. Neste sentido, falar de territorialidade sem a existência do Estado é, de certa forma, aceito. Entretanto, torna-se impossível a existência do Estado sem o território no mundo político-social.

O território nasce do espaço geográfico em constante modificação, ao longo dos momentos históricos. A sua construção pode ser impulsionada por uma série de fatores como maior ou menor influência política, disposição dos sistemas técnicos, velocidade na circulação de pessoas, mercadorias e ideias, e hierarquia entre os lugares, entre outros. Assim, surgem regiões do mandar e regiões do fazer (MAGNAGO, 1995).

A divisão territorial do trabalho se encontra neste conjunto, cada tempo histórico reflete diferentes tipos de organização do trabalho, podendo ser apontada como **sobreposição** de divisões do **trabalho através dos tempos** (SANTOS, 1996). Sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico nos diversos espaços de atuação humana gerou várias formas de trabalho, inclusive o subemprego, resultado do desemprego estrutural. Nesse sentido, surge o espaço geográfico da ação, uma noção de espaço territorial susceptível a periodizações. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 24) os “períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

O conceito mais atual de território pressupõe a existência de relações de poder (RAFFESTIN, 1993), sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Na análise do referido autor, a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual ele não pode ser definido. Poder e território, apesar da autonomia de

cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois é inerente a todas as relações sociais.

Para Moraes (2000, p. 50-51), “a formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande num espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território”. Neste contexto, o território também se configura nas ações do Estado e dos agentes privados.

A grande evolução dos meios de produção e de informação proporcionou fluidez e rapidez à sociedade contemporânea e, com isso, torna-se o reflexo geográfico da globalização. Logo, entendemos que as interações espaciais vigentes, a partir da evolução das redes geográficas, são exemplos desta mobilidade cada vez maior no território (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1997).

As redes geográficas representam o papel integrador, encurtadoras de distâncias e de tempo entre os lugares. O resultado dessa rápida mobilidade no território é a urbanização, que consiste em “um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Desde o período colonial brasileiro, as atenções estão voltadas para a macro economia, ou seja, para os investimentos destinados à criação de estruturas que atendam ao comércio externo. Um grande exemplo disso está na atual configuração da rede de transportes, que foi projetada para facilitar o escoamento da produção de seus locais estratégicos aos portos, e destes últimos para o mundo (BECKER; EGLER, 1994). Pouca atenção restou para o desenvolvimento social, de fato a sociedade sobrevive se adaptando às nuances de um país muito desigual.

Segundo Castro et al. (1997), a formação do território brasileiro é

caracterizado, desde o início, pela imensidão das glebas concedidas e pela imprecisão de seus limites, era inevitável que o processo de apropriação de terras brasileiras acabasse dando origem, com o tempo, a uma série de conflitos (CASTRO et al. 1997, p. 223).

²A expressão em questão remete à forma como cada disciplina, individualmente, deve dialogar com o mundo e com outras disciplinas para a melhor compreensão do espaço contemporâneo. Cf. SERPA, A. Geografia como metadisciplina: a perspectiva da interdisciplinaridade em Milton Santos. In: SILVA, M. A.; TOLEDO JUNIOR, R. **Encontro com o pensamento de Milton Santos: a interdisciplinaridade na sua obra**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 29 a 33.

A histórica formação do território brasileiro, do ponto de vista dialético, revela o espaço em seus vários momentos de produção e reprodução do trabalho humano. O território se torna o palco das disputas entre as economias internacionais, este passa ainda a representar a base das estratégias do governo e dos agentes privados. Há grande responsabilidade por parte de alguns escritores no relato destes fatos, como o teórico da economia Perroux (1968), que analisa as relações entre os estados, grandes empresas e território, com seus efeitos nas políticas regionais.

A importância da Geografia ao estudar esta complexa dinâmica através da periodização reside no fato de que, ao contrário dos economistas, historiadores e sociólogos, ela leva em consideração as materialidades e os dinamismos do território. Nesse contexto, o historiador Caio Prado Junior (2006) pode ser considerado uma exceção, uma vez que em sua obra “História econômica do Brasil” periodiza a história do território em oito momentos, conforme quadro 1.

Estes momentos descritos no quadro acima representam marcos históricos importantes para a economia brasileira e também anunciam transformações significativas no território a partir dos principais ciclos econômicos - pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro e café-, que ocorreram sucessivamente, representando a economia do Brasil no mundo. São períodos que se estendem do pré-colonialismo, ou preliminares (1500 - 1530), à crise do modelo Agroexportador, também conhecida como crise de um sistema (1930 - ?), conforme o quadro 01.

A história econômica do Brasil é marcada pela exploração, produção e exportação de matérias primas para outros países, principalmente para alguns países da Europa, como Portugal, Espanha, França, entre outros.

Este período, que se estendeu da extração do Pau Brasil ao ciclo do café, configurou-se no modelo Agroexportador, que com a crise de 1929 foi substituído pelo modelo Urbano Industrial. Afinal, o país estava vulnerável economicamente, pois se sustentava em ciclos que logo perdiam a representatividade na economia mundial por diversos fatores.

Há de se registrar que o ciclo do café foi o último do modelo Agroexportador brasileiro e, em sequência, o modelo Urbano Industrial tornou-se uma proposta revolucionária que teve por finalidade implantar a indústria de base brasileira, além de fomentar a urbanização do país.

A principal consequência deste novo modelo

foi o despontar da Região Sudeste como centro dinâmico do país já no início do século XX.

Entende-se que a constituição de um território depende das ações praticadas por vários atores em seus diversos momentos históricos. Por isso, recomenda-se ter em cada período uma nova interpretação geográfica da sociedade.

OS PERÍODOS NO BRASIL

O livro “O território e a sociedade brasileira no início do século XXI”, escrito pelos autores Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) também trás a perspectiva de periodização da história econômica, bem como a configuração geográfica brasileira. A referida obra possui caráter técnico e evolucionista do ponto de vista da técnica e da tecnologia, servindo como orientação metodológica para a compreensão dos acontecimentos imbricados no território brasileiro.

Ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, grosso modo, ser identificados: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 27).

No período pré-técnico, o território brasileiro consistia em “ilhas” arquipélagos mercantis, a descontinuidade econômica prevalecia e cada área era um particular isolado, cada uma com a sua característica de produção, mas juntas obedeciam a um propósito, serviam para abastecer a burguesia lusitana e de toda Europa com matérias primas. Neste período caracterizado como lento, a presença humana adaptava-se aos meios naturais, sobretudo na mobilidade das circulações das ideias e das mercadorias.

Passando pelo período pré-técnico e chegando ao técnico, incorporam-se ao território o transporte e redes mais modernas. Eram investimentos de capital estrangeiro que tinham por objetivo preparar o espaço para as suas ações. Sendo assim, surgiram portos, ferrovias, rodovias, telégrafos. Por isso, “no século XIX, o Brasil vem a ser parte do capitalismo industrial, com um Estado politicamente independente” (BECKER; ENGLER, 1994, p. 53).

As inovações tecnológicas na Europa também

Quadro 1. Os oito períodos econômicos brasileiro segundo Caio Prado Junior

EVENTO	PERÍODO
PRELIMINARES	(1500-1530)
A OCUPAÇÃO EFETIVA	(1530-1640)
EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO	(1640-1770)
APOGEU DA COLÔNIA	(1770-1808)
A ERA DO LIBERALISMO	(1808-1850)
O IMPÉRIO ESCRAVOCRATA E A AURORA BURGUESA	(1850-1889)
A REPUBLICA BURGUESA	(1889-1930)
A CRISE DE UM SISTEMA	(1930-?)

Fonte: adaptado de Junior, C. P. (2006)

tiveram influência no território brasileiro, principalmente na transição do Brasil império para o Brasil república, quando as ferrovias seriam de fato o exemplo da modernidade e rapidez. Porém, estas redes eram articuladas apenas com um fim, garantir o escoamento da produção para os portos e servir, acima de tudo, para atender às demandas das burguesias nacionais e internacionais. Foi assim também nos setores de telecomunicações, conforme apontam Castro et al. (1995) quando dizem que:

não é excessivo afirmar que exclusão social e modernização econômica com seus novos arranjos espaciais vêm caminhando juntas; constituem as duas faces do modelo seguido pelo Brasil. Assim os investimentos maciços no setor de telecomunicações vieram satisfazer, antes de tudo, as exigências das mais poderosas organizações nacionais e internacionais (CASTRO et al., 1995, p. 153).

Assim, as redes de transporte desenhavam a concentração econômica e espacial de forma desigual em todo o território brasileiro. Novas relações se estabelecem por intermédio do caminhão e os navios reforçam a articulação com o estrangeiro. Porém, o caminhão no período da Segunda Guerra mundial ganha destaque, devido à criação de várias rodovias. A construção de Brasília em 1960 representou um passo importante para a tão sonhada integração. Contudo, isso teve consequências, como metrópoles antigas reduzindo polarização frente à crescente ligação dos núcleos urbanos mais recentes e surgimento de periferias regionais polarizadas por um novo polo. Mas paralelamente a esta suposta integração, as desigualdades sociais tenderam a agravar-se.

Entende-se que não se constitui apenas em uma revolução meramente das telecomunicações, dando início a era da informática. Informações e finanças agora se tornam parte do espaço e também

são objeto de estudo da nova Geografia que emerge no contexto da globalização. Agravam-se ainda mais as diferenças regionais e a região Sudeste passa a ter maior hierarquia perante as outras. A hegemonia desta região no plano nacional instigou, através das pressões populares e das iniciativas privadas, o governo a fazer projetos de redistribuição por todo o país das obras de infraestrutura, como redes ligadas a novos sistemas de transportes. Entretanto, com um mercado tão competitivo no mundo globalizado, as regiões teriam de integrar-se cada vez mais.

A SUDENE, implantada na região Nordeste, é um exemplo destas ações do governo para amenizar as deficiências de zonas economicamente desprivilegiadas que aparecem em decorrência da desigual atração de recursos bancários e financeiros.

Fica evidente que o sul passa a concentrar maior quantidade de indústrias e São Paulo desponta como uma grande metrópole industrial, atraindo emigrantes de todo o país. Criavam-se condições para a região mais polarizadora do país. Mesmo classificada como um polo, uma metrópole fabril, São Paulo como grande parte da indústria do Sul, dependia de muitos produtos agrícolas do Nordeste como algodão, sisal, mamona, entre outros.

Embora o Rio de Janeiro tenha exercido função administrativa por dois séculos, sendo a capital do Brasil, a partir da segunda guerra mundial os novos sistemas de transportes terrestres fizeram uma rápida integração do território. Em decorrência deste fato, São Paulo desponta como a maior região produtora e também distribuidora, superando a antiga capital. A integração nacional a partir de um sistema de transportes autônomo era de extrema importância para o país, nasce uma ideologia política voltada para o planejamento e crescimento econômico do território para as regiões baseado no novo modelo industrial. Já um pouco mais tarde, os efeitos do novo modelo industrial no Brasil anunciam

grandes problemas estruturais, a evolução técnico-científica torna-se excludente, o êxodo rural contribui para o grande crescimento da urbanização e, com isso, intensifica-se a formação de um grande cinturão de desempregados. Novas medidas recaem sobre os agentes políticos, que tem a responsabilidade agora de desenvolver ações voltadas à inserção da população no novo e aperfeiçoado mercado de trabalho.

A estratégia do governo é implantar complexos e polos industriais como o polo petroquímico de Camaçari na Bahia, em diversas regiões do país e com eles ampliam-se as redes de transportes, com a modernização dos meios de comunicação.

AS CIDADES BRASILEIRAS E A DESIGUALDADE URBANO-REGIONAL

As periodizações devem ser feitas de forma coerente com a evolução técnica no decorrer do tempo na formação do território em um dado espaço geográfico. As primeiras cidades teriam surgido entre quinze a cinco mil anos atrás, dependendo das diversas interpretações sobre o que define exatamente um antigo assentamento permanente e uma cidade. O modelo estrutural e organizacional das cidades que conhecemos hoje no Brasil teria sido de fato criado em um contexto feudal e está em constante transformação.

Quando se trata da história recente do planejamento urbano no Brasil, seguindo um roteiro historiográfico é possível efetuar uma periodização da história do planejamento urbano no Brasil, subdividindo-a em três grandes fases: a primeira, de 1875 a 1930, caracterizada pelos planos de melhoramentos e embelezamento; a segunda, de 1930 a 1990, período representado por investimentos em obras de infraestrutura e também caracterizado pelo predomínio dos planos diretores e pelo discurso de planejamento; e a terceira, a partir de 1990 até os dias atuais, representada pelo surgimento dos planos que conciliam as obras de infraestrutura com as de embelezamento (VILLAÇA, 1999).

A década de 1990 no Brasil foi marcada por uma proposta de estratégia de desenvolvimento espacial, e está organizada em torno de eixos nacionais de integração e desenvolvimento, materializados nas ações do governo federal através do plano plurianual - PPA.

A proposta desenvolvimentista de integração nacional permeou a década de 1990, os "eixos" de

desenvolvimento territorial brasileiro foram 12 e cobriam praticamente todo o território nacional, principalmente a região Centro-Oeste e Sudeste. Articulados pelo plano plurianual de 1996/1999, do qual o ministro José Serra foi o maior colaborador, a proposta dos eixos apresentou muitas contradições.

Tratava-se agora de definir regiões de planejamento, através de um recorte espacial, que configuravam unidades territoriais e contíguas. Nesse sentido, torna-se clara a grande complexidade das regiões quando se percebe que as mesmas vão além de uma possibilidade de recorte de uma dada porção territorial, são também dotadas de um conteúdo histórico.

O surgimento das redes de cidades brasileiras em seu processo de urbanização demonstra claramente o sistema de hierarquização a partir de várias visões de analistas espaciais da geografia, principalmente as dos polos de desenvolvimento (PERROUX, 1968).

De fato, evidencia-se a aproximação das ações do Governo Federal às regiões de planejamento definidas pela infraestrutura de transportes, pelas potencialidades produtivas e pela rede de cidades cuja totalidade do fenômeno só pode ser compreendida através da polarização, enquanto acessibilidade e estruturação dos meios de produção. A área de influência do eixo, ou seja, região é o território complementar que se torna definido a partir da espacialidade da relação social presente nas vias de transportes, cuja lógica espacial se reflete na rede de cidades existentes.

Assim, a rede de cidades da região Sudeste detém maior quantidade de recursos, e estes são investidos maciçamente em infraestrutura, especialmente nas telecomunicações e transportes, enquanto que os eixos do São Francisco e transnordestino obtêm menor proporção de investimentos em infraestrutura, sendo parte destes poucos investimentos retirados para dar ênfase acentuada nos investimentos em desenvolvimento social. Ressalta-se o agudo caso de carências sociais no Nordeste, destaca-se que a grande concentração econômica da região Sudeste é hegemônica por possuir maior PIB e assim captar maior parte das verbas destinadas ao desenvolvimento regional, sendo a maior beneficiária dos programas desenvolvimentistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se afirmando que a produção do espaço territorial brasileiro se dá a partir das relações

de localização da produção econômica durante distintos momentos históricos, dando origem às atuais regiões concentradas. O surgimento das redes de transportes “ferrovias, rodovias” substituindo as estradas de boiada aparecem numa perspectiva escala espaço-tempo. Materializa-se assim o meio técnico-científico, que em função desta articulação possibilita uma ligação maior inicialmente com os portos no litoral do território, fazendo o escoamento da produção através dos mesmos para o mundo, não de forma a estruturar, servir à sociedade, mas fazer uma circulação voltada a atender o capital estrangeiro.

Os novos recursos originados da união entre ciência e técnica no campo informacional na década de 70 tornaram os mercados mais integrados, cai o modelo de arquipélago mercantil e surge um modelo integrador globalizante, no qual regiões brasileiras que saíram à frente enquanto concentradas conseguem maior articulação na economia mundial, as finanças e a informação, comandando a arquitetura social brasileira na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma potência regional na economia – mundo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas: Percursos no Fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasi** (26 ed.). São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94. out/dez. 1995.
- ODUM, Eugene, P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. São Paulo: Herder, 1968.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999, p.169 a 243.